



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 01**

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

27 de Fevereiro de 2021



Assembleia Municipal

## ACTA N.º 1

-----Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório da Cerâmica Arganilense, e através de videoconferência, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados António Gonçalves Cardoso e Manuel Augusto Simões Rodrigues, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra para “cumprimentar todos os participantes nesta sessão da Assembleia Municipal e desejar que a próxima já pudesse ser realizada de modo presencial, porque cumprimos aquilo que está estabelecido na Lei das Autarquias Locais, a realizar a Assembleia Municipal desta forma, mas não é o mesmo fazê-lo por videoconferência ou fazê-lo de modo presencial.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Margarida Teresa Abranches Freire de Figueiredo, em substituição de Sara Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, João José Monteiro Figueira, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Arlindo Lopes, em substituição de Elisabete Simões Oliveira, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Luis da Silva Moreira Gomes, Tamára Alexandre Brandão Simão, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Miguel Mateus Teixeira, Carlos Miguel Oliveira Nobre, em substituição de André Vicente, Miguel Sérgio Dias, em substituição de Mário Rui Adrião Gonçalves, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia;



## Assembleia Municipal

Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Tesoureira da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, Isabel Maria Veiga da Guarda; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

-----Teve a palavra o segundo secretário, senhor deputado **António Cardoso**, para referir que “foi enviado a esta Assembleia, e encontra-se para consulta, o Relatório de Avaliação da CPCJ, de 2020, que estará também disponível para consulta na próxima sessão da Assembleia Municipal que seja realizada presencialmente, para poder ser consultado por todos. Quanto ao restante expediente recebido, foi sendo enviado por e-mail, para conhecimento de todos os senhores deputados”.-----

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Mário Pereira Gonçalves, André Vicente, Sara Pedroso, Elisabete Oliveira e Mário Rui Adrião Gonçalves e Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Faltou ainda a senhora deputada municipal Ana Sofia Antunes, não tendo apresentado pedido de justificação da falta.-----

## PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para “referir o edifício do CETA que foi construído para dinamizar a actividade económica em Arganil; não tenho visto nestes últimos anos, qualquer actividade, qualquer programa. Fiz uma visita há cerca de 4, 5 anos, encontrei 3 empresas lá instaladas, como poderiam estar em qualquer edifício de Arganil e não havia qualquer programa de dinamização das actividades económicas. Julgo que é extremamente importante pôr-se isto a funcionar, de forma que todos os interessados nas actividades económicas possam reunir, possam debater os assuntos de Arganil, pois foi para isso que o edifício foi feito, com verbas nacionais e ajudas europeias. Não se compreende que não haja uma dinamização, tanto mais que há uma cooperativa agrícola que podia, com



Assembleia Municipal

facilidade, dinamizar actividades no campo da pecuária e da agricultura. Espero que este assunto seja convenientemente desenvolvido.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **João Figueira** para referir que “tenho uma pergunta a fazer ao executivo, eventualmente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, quanto às actividades levadas a cabo até agora pela Associação Floresta da Serra do Açor; tanto quanto percebo, estava calendarizado para que o início das suas intervenções no território da área do nosso concelho fosse no início do ano e eu queria saber o ponto da situação; o que já foi feito até agora e também o que é previsto fazer no próximo ano, uma vez que é o início das actividades agora, o que poderá ser feito durante este ano, nos próximos meses.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Dias** para “tentar saber qual é o grau de recuperação dos custos no fornecimento de água, no saneamento e nos resíduos urbanos, atendendo as directivas da Entidade Reguladora.”-----

-----Ainda um outro assunto, em conversa com um grupo de jovens de Arganil, eles manifestaram interesse e gostariam de pedir ao Senhor Presidente da Câmara acerca da possibilidade de ser construído um skate park, do qual a juventude de Arganil possa usufruir.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Daniel Gonçalves** para referir que “já por diversas vezes, de uma ou outra bancada, se manifestaram no sentido de saber que medidas de apoio estariam a ser pensadas para mitigar os efeitos da pandemia, junto das Associações, nomeadamente as associações culturais; de facto, é comum ouvir que, quem está nestas Associações, depara-se com grandes dificuldades; em todas as Associações do concelho, ascenderá certamente a um milhar de pessoas envolvidas, sabemos que estas são associações até mesmo do ponto de vista cultural, sem fins lucrativos, como Tunas, Ranchos Folclóricos, Filarmónicas, que envolvem pessoas que ajudam nos ensaios, e estas despesas são fixas e são mantidas. Com a pandemia, algumas destas actividades e despesas, continuam, dentro das possibilidades de cada Associação, mas elas só irão manter-se se tiverem, realmente, ajuda. Gostava de perguntar uma vez mais, visto não ter havido resposta, quais as diligências que estão a ser tomadas ou pensadas pela Câmara Municipal, no sentido de auxiliar, de preparar esta fase difícil. Teremos, mais uma vez, um Verão possivelmente sem qualquer tipo de receitas, e principalmente nas Filarmónicas, sem qualquer tipo de receitas, e é muito difícil, já para não falar também nestas Associação que precisarão muito em breve de ajudas, no sentido de manterem os papéis fundamentais, que é a formação dos jovens músicos.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Fernanda Pacheco** para referir que “no contexto em que vivemos, foram e são diversas as ações e iniciativas que a Autarquia encontrou para minimizar toda a situação relacionada com a pandemia,



Assembleia Municipal

preocupando-se, essencialmente, com o bem-estar de todos os cidadãos do nosso concelho. Refiro-me em concreto à ajuda prestada ao nível da restauração, ao nível da educação e, também, na área da saúde.-----

-----Contudo, a par deste envolvimento, verifica-se que a vertente cultural não foi esquecida e, neste sentido, a Câmara Municipal viu aprovada uma candidatura no âmbito da Programação Cultural em Rede, designada “À Beira do Fado” e encontra-se em fase de aprovação o projecto “Portas do Céu”. Ambos são projectos culturais que envolvem municípios da CIM da Região de Coimbra, tendo como objectivo não só mitigar as dificuldades e impactos negativos que a crise pandémica provocou no seio cultural, artístico e associativo, mas também dar visibilidade e reconhecimento ao potencial criativo e cultural do território.-----

-----Também no âmbito da cultura, foi com agrado que tomei conhecimento do parecer favorável dos serviços Centrais do Programa de Desenvolvimento Rural 2020, para a pretensão da Câmara Municipal de Arganil em fazer a reabilitação da Capela do Senhor da Agonia para aí instalar um Núcleo de Arte Sacra, contribuindo-se deste modo para a preservação do património local e consequente dinamização da oferta cultural do território arganilense.-----

-----Recorde-se que, com vista à preservação e dinamização do património cultural material e imaterial do concelho, já foram feitas várias intervenções, nomeadamente a Requalificação da Capela de S. Pedro, classificada como Monumento Nacional, a instalação dos Núcleos Museológicos de Etnografia e Arqueologia na Casa da Cultura de Arganil e a intervenção de Conservação e Restauro do Arco Triunfal da Igreja Matriz de Vila Cova de Alva.-----

-----Para finalizar, e não menos importante, na área da cultura, destaco o papel fundamental das Bibliotecas Públicas do Concelho que, ao encerrar portas, devido à situação pandémica, tiveram que se adaptar à nova realidade, continuando a garantir o empréstimo de livros e o serviço de impressão de forma segura mantendo, deste modo, ligações com os seus leitores e utilizadores. Do mesmo modo, continuam a desenvolver diferentes actividades de forma virtual, promovendo deste modo o gosto pela leitura e divulgando diferentes obras literárias.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** para “apresentar uma proposta de voto de pesar pelo recente falecimento de José Caldeira. Arganil, em particular a Nogueira, e a Genealogia Portuguesa ficam mais pobres.-----

-----Na madrugada do dia 19 de Fevereiro, faleceu na sua residência, em Lisboa, o conceituado genealogista nacional, que ao longo de mais de 50 anos se dedicou ao estudo de centenas de famílias, nomeadamente de Arganil e toda a região da Beira Serra.-----

-----De seu nome completo, José António Severino da Costa Caldeira, de 74 anos de idade, era filho de António da Costa Caldeira, natural da Nogueira, Arganil, e de Cidália Augusta Severino, natural de Lisboa.-----



Assembleia Municipal

-----José Caldeira, além de gerente comercial e programador informático, tinha como hobby a genealogia, podendo-se encontrar em vários sites da especialidade os seus trabalhos e comentários, pois estava sempre disponível para esclarecer e ajudar quem necessitava de ajuda nesse campo.-----

-----Como regionalista, fez parte dos corpos sociais da União Nogueirense durante vários anos. Na genealogia foi Sócio de Mérito e Benemérito, digníssimo Director da APG, Subdirector da revista “Raízes & Memórias”, de que já havia ocupado o cargo de Secretário-Geral da mesma agremiação.-----

-----Dotado de uma vastíssima cultura e de uma grande afabilidade, granjeava facilmente amizades, que cultivava e mantinha. Era de uma bondade extrema e disponibilizava imediatamente qualquer informação útil a outros investigadores que dele se abeiravam.-----

-----Em 4 de Outubro de 2014, apresentou, na Nogueira, o primeiro de três volumes do seu livro “Famílias de Arganil”, onde foi alvo de uma homenagem, na qual tomaram parte, para além das entidades autárquicas, um grande número de amigos vindos das mais diversas partes do país, onde estiveram presentes altas personalidades, incluindo o nosso parente Carlos Silva, Secretário-geral da UGT.-----

-----Pelo acontecimento, proponho à Digníssima Assembleia um voto de sentido pesar.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “poderemos votar o voto de pesar no final das intervenções. De todo o modo, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, associo-me a esta proposta de voto de pesar a tão ilustre Nogueirense, que nos deixou e que era também uma referência da genealogia nacional.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “nos associamos a este voto de pesar, que também tínhamos ideia de propor.-----

-----Tínhamos também outro voto de pesar para propor, ao ex-director da Comarca de Arganil, Senhor Jorge Moreira da Costa Pereira, que nos deixou; aliás, tem sido uma época muito madraستا para a população. Queríamos que fosse conferido um voto de pesar, uma homenagem, ao ex-director de “A Comarca de Arganil”.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que “enquanto Presidente da Assembleia Municipal associo-me também a este voto de pesar. O Senhor Jorge Moreira da Costa Pereira foi, durante uns anos, director do jornal “A Comarca de Arganil” e merece o nosso respeito.”-----

-----A Assembleia Municipal exarou um voto de pesar pelo falecimento de José António Severino da Costa Caldeira e de Jorge Moreira da Costa Pereira, e guardou um minuto de silêncio, em memória de ambos.-----



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para referir que “o assunto que quero abordar aqui novamente está relacionado com a negociação do espaço do antigo Lidl, para o IEF. Gostaria de saber se houve avanços nas negociações e, caso tenha havido, que condições é que foram, eventualmente, acordadas para a utilização daquele espaço, ou seja, relativamente à intenção inicial da componente da Formação na Quinta do Mosteiro ser transferida para ali.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para referir que “a minha intervenção volta a estar relacionada com o contexto da pandemia; à semelhança do que disse a senhora deputada Fernanda Pacheco, eu gostaria de fazer nesta Assembleia um registo das ações mais relevantes, feitas pelo município neste contexto, até para percebermos ao certo o que é que está a ser implementado, por iniciativa exclusiva da Câmara e quais é que têm sido os maiores obstáculos encontrados. Algumas das iniciativas têm sido divulgadas mas eu gostaria que as sublinhássemos.”-----

-----Na Saúde, e em articulação com as Autoridades de Saúde, organizou a instalação de um centro logístico para a vacinação, com todas as condições de segurança para o chamado recobro pós vacinação. No âmbito de um projecto produzido pela Comunidade Intermunicipal, com a colaboração da Administração de Saúde do Centro, foi entregue uma viatura eléctrica para proporcionar cuidados de saúde mais próximos, tendo participação para a aquisição desta viatura, assim como assegurar a sua manutenção e respectivo motorista. Foi também feito um desafio semanal on-line, para promoção da actividade física, desafio este aberto ao público em geral. Ainda no capítulo da saúde e do apoio social, a Câmara continua a participar medicamentos a pessoas em situação de carência económica.-----

-----No que diz respeito à Educação, que tem sido um dos sectores mais visivelmente afectados pela pandemia, a Câmara Municipal tem assegurado o fornecimento de refeições em regime take away a todos os alunos mais carenciados no concelho que assim vêm garantidas as refeições a que teriam acesso em situação presencial escolar. Por outro lado, e em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas de Arganil, e também com as Juntas de Freguesia, que disponibilizaram o acesso à internet, o município avançou para a aquisição de equipamento informático para ceder aos alunos que não dispunham destes meios. É de salientar que esta solução de emergência teve que ser accionada por falta de cumprimento do Governo, que desde Abril de 2020, havia prometido que nenhum aluno seria abandonado sem meios para assistir às aulas à distância, caso isso fosse necessário. Todos nós sabemos que houve falhas no fornecimento dos equipamentos pelos próprios fabricantes; também sabemos que neste ponto há muitas falhas incompreensíveis, porque há toda uma incerteza do modo como a pandemia evolui, porém, também há medidas e decisões que são tão óbvias e há incompetências, têm que se chamar assim, que são tão gritantes que não podem ser caladas e não é possível, neste contexto, compreender que, perante um cenário que



Assembleia Municipal

já se adivinhava em Outubro, Novembro, que o parque informático das escolas obsoleto e insuficiente, que se tenha deixado para tão tarde o concurso público para aquisição deste material. As desigualdades agravaram-se e muito, e se não fossem as autarquias, as próprias escolas, e as muitas campanhas solidárias privadas, muito pior seria. Adiante, muito haveria a dizer, e ainda bem que estamos todos aqui para fazer parte das soluções, não para acicatar intransigências. O município trouxe a solução neste campo e é isso que interessa.

-----No campo do comércio local, também não posso deixar de me congratular pela iniciativa Take Away de Cá, que vem dar um fôlego ao sector da restauração que quis aderir e também aos transportes de táxi. Uma medida inovadora, oportuna, e promotora do comércio local como também é a medida de isenção de taxas municipais a comerciantes e feirantes. São variados os pontos abordados aqui em Arganil para mitigação das consequências da pandemia, cabe também aqui um elogio ao gabinete da Ação Social e aos funcionários que estão na linha da frente na proteção e no apoio às famílias com maiores dificuldades. O encargo financeiro é muito.-----

-----Gostaria também de deixar uma palavra positiva à maneira como o município tem agido durante este último ano; têm sido tempos muito difíceis, com muitas tragédias pessoais, isolamento, pobreza, e muitas angústias. Com respeito a tudo isso e também por respeito aos mortos do nosso concelho, saúdo o modo contido como estas medidas têm sido anunciadas e implementadas. Sei que em muitos outros lados muitos outros responsáveis gostam de se lançar frente às câmaras de televisão, se auto-elogiam nas redes sociais, etc. Ainda bem que por cá há mais bom senso e respeito. Não é uma questão de estilo, é uma questão de respeito.-----

-----Por fim, gostaria de ouvir, da parte do Senhor Presidente, a sua perspectiva sobre os maiores constrangimentos que tem sentido na sua ação enquanto autarca, durante a pandemia, e qual é o balanço que faz daquilo que se pôde fazer durante este ano. Infelizmente esta não é a primeira vez que este executivo enfrenta uma calamidade. Além disso, e mais importante nesta altura, que condições é que espera para a desejada recuperação do concelho?”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Nuno Espinal** para dizer que “vou falar sobre um assunto que é um tanto particular, mas que eu queria aqui realçar; na última Assembleia fiz uma análise sobre a situação financeira das várias Filarmónicas do concelho de Arganil e, de acordo com informações que me foram prestadas, encontravam-se na situação de certa debilidade a Filarmónica Flor do Alva, a Filarmónica do Barril, a de Côja e também, naturalmente, a de Arganil. O senhor deputado Carlos Nobre na altura interveio e manifestou-se absolutamente contrário à minha evocação da Filarmónica do Barril, afirmando mesmo que a Filarmónica estava de boa saúde financeira, inclusivamente até referiu que não permitia que eu fizesse qualquer referência à filarmónica do Barril. Eu fiquei um bocado constrangido com aquilo que se passou, porque fi-lo com a melhor das



Assembleia Municipal

intenções, continuo a dizer que folgo em saber que a filarmónica do Barril está de boa saúde financeira, pois eu desconhecia isso, porque a informação que me foi prestada foi contrária, e saí dessa reunião um pouco triste e aborrecido com o que se tinha passado. Felizmente, e quero realçar o acto do senhor deputado Carlos Nobre, enviou-me depois um e-mail, em que tentava apaziguar tudo o que se tinha passado; eu aceitei, inclusivamente combinámos encontrar-nos num jantar, assim que fosse possível, atendendo a que neste momento a pandemia não nos permite fazer qualquer encontro, seja num restaurante seja noutra situação qualquer. Queria realçar o acto que me parece de uma certa nobreza, uma certa dignidade, do senhor deputado Carlos Nobre e dizer que é assim que devemos funcionar; somos adversários políticos, mas há muitos anos cultivo que a melhor forma de nos podermos entender e podermos lutar por algo que estamos aqui a fazer, em termos do nosso concelho, apesar das nossas divergências, sabemos tratá-las com a maior seriedade, com a maior tolerância e com o maior respeito por aquilo que são as opiniões dos nossos adversários políticos. Era isto que eu queria dizer e sublinhar mais uma vez a atitude que eu considero de grande dignidade do senhor Carlos Nobre, ao ter-me enviado o e-mail.”-----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para pedir aos senhores deputados que desligassem os micros quando não estão a fazer nenhuma intervenção, pois isso interfere na recepção das mensagens uns dos outros.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para “começar por me congratular por algumas situações; a primeira, a entrega ao município da Unidade Móvel de Saúde, uma questão muito importante levantada desde logo pelo Partido Socialista, inclusive nas propostas eleitorais das últimas eleições; logo na altura na pré pandemia, estava na matriz sociológica do concelho e depois ficou completamente confirmada a sua importância ainda no contexto da pandemia, e agora é com grande contentamento que vemos essa proposta e essa questão preconizada nesta Unidade Móvel de Saúde municipal. Gostava também de deixar uma palavra positiva para a conclusão do troço da obra da EN 342, entre Arganil e Côja, que nos acompanhou com recuos e avanços e que está concluída. Não posso dizer o mesmo sobre outras obras que foram recuando e andando, que foram comparadas a elas, como o caso das intervenções na vila de Arganil, e essa é a minha primeira questão; perguntar ao Senhor Presidente, em relação ao projecto ambicioso que foi apresentado ainda no âmbito do último mandato, o que é que vai sobrar no final deste mandato? Houve uma intervenção bastante ambiciosa, de requalificação de todas as artérias da vila, sede do concelho, e parece-nos que as obras estão no seguimento de todas as obras que têm um cariz mais diferenciador e que têm uma minúcia, uma atenção, que seja mais do que espalhar alcatrão. Lembro também o edifício dos Paços do Concelho, cuja obra já deveria estar concluída no final de 2020, parece-nos que está em derrapagem, que está com atrasos. Do que



## Assembleia Municipal

nos é possível ver, já tínhamos feito algumas análises, nomeadamente as opções para as janelas, as caixilharias, esperamos mesmo que sejam um avanço no conforto, na qualidade e na eficiência energética, porque esteticamente é um recuo; é um recuo e é bastante discutível a opção de transformação em marquise, da imagem do edifício. Na minha opinião pessoal é um decréscimo na qualidade arquitectónica do edifício mais marcante do município de Arganil. Gostava ainda de perceber o que está a acontecer com outras obras pois não temos ouvido falar do seu desenvolvimento e na verdade pode ser falha minha, mas não percebi se já terminaram ou não. Uma delas é o Largo do Piódão, se está concluído, o que é que falta; confesso que não tenho ido ao Piódão nos últimos tempos, mas ainda não vi nenhuma inauguração do largo, por isso parece-me que a obra ainda não acabou, gostava de saber qual é o timing da mesma. Também vi no Relatório de Actividades do Município que está previsto um projecto para requalificação da área em volta da igreja do Piódão; gostava de saber de que projecto é que se trata. Outra obra é a Quinta do Dr. Urbano, na Benfeita, gostava que nos informassem se está concluída, se está por concluir, e tendo esta requalificação e estas verbas caídas não do céu, que nós sabemos bem de onde é que elas vieram, se foi aproveitada esta questão, para termos uma ideia do que fazer com esse património de grande valor, requalificado. Gostava ainda de perguntar sobre o Teatro Alves Coelho se há um desenvolvimento; eu pergunto sempre a mesma coisa, mas as respostas que temos tido também não me permitem avançar; na altura do Orçamento chamava a atenção da recorrência das mesmas questões colocadas nos Orçamentos e nos Planos Plurianuais; o Largo do Piódão, a intervenção na vila, isso vai continuar; agora vai mudar o executivo e vamos continuar com isso. O Cineteatro Alves Coelho é a mesma coisa; não há uma apresentação do projecto, já devia estar mais do que terminado, entregue, orçamentado, o Senhor já devia estar com o projecto debaixo do braço à porta do ministro, a tentar meter o pé na porta, para que seja considerado neste PRR. Gostávamos de saber quais é que são as intenções em relação a isso.---  
-----Recebemos um e-mail com informação enviado a todos os deputados municipais, acerca de uma comunicação com um nome sugestivo “medidas de apoio à economia local”, no âmbito do COVID, de 9 páginas, e eu fiquei bastante curioso de saber o que era e apercebi-me que era simplesmente a isenção do pagamento de taxas dos feirantes e de esplanadas; era o que faltava que cobrassem! Chamar a isso medidas de apoio à economia local, em termos de COVID, parece-nos pouco; parece-nos o que é: é pouco. Esperávamos um bocadinho mais e todos aqui temos hipótese de fazer um pouco mais, se acharmos que essa é uma prioridade. O Governo pode fazer mais, as autarquias podem fazer mais, a comunidade pode fazer mais. Até porque não é preciso inventar a roda, há outras autarquias que assumiram parte da sua responsabilidade no apoio directo à actividade económica com Regulamentos, com Programas de apoio às empresas e à actividade económica. Em relação às Associações, o Daniel já falou e eu acho que realmente é fundamental olhar bem para isso; tivemos agora o Carnaval, que é um momento chave, a pontuar



Assembleia Municipal

a animação cultural no concelho, e com iniciativas tradicionais e um bocadinho de imaginação podia ter marcado essa data com a organização, eventualmente, de um evento online, em que as associações pudessem ser convidadas a participar e a partir daí podermos ter alguma outra justificação, algum motivo para dar um apoio suplementar a essas associações que vivem com tantas dificuldades.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Piódão** para referir que “o assunto que me traz aqui é perguntar para quando o dito Regulamento, o dito documento, para a aldeia histórica do Piódão? Há muitos anos que se vai falando, vai passando de ano para ano, há muitas outras aldeias históricas da região, para as quais penso que já se tenha criado esse Regulamento e é urgentíssimo que se trate disso; não sei se dá muito trabalho, se dá pouco, mas temos todos que nos empenhar porque ao longo destes últimos anos têm-se feito algumas obras na aldeia do Piódão que são objecto de projectos diversos, vem um arquitecto tem uma ideia e tenta implementá-la, vem outro arquitecto tem outra ideia e faz o projecto à sua maneira; cada um tenta satisfazer o seu ego profissional e acho que isso não está bem, porque algumas obras que foram feitas têm sido objecto de discussão, de polémica, de observação e isso não é positivo. Ainda ultimamente, para além de tudo isso, até houve obras nas quais nós fomos chamados a pronunciar-nos, mas como sabem o parecer da Junta de Freguesia não é vinculativo, e apesar de darmos um parecer negativo a essas obras elas foram aprovadas na mesma; temos os documentos, se quiserem consultá-los, para não virem dizer que nós estamos lá na Junta de Freguesia e que deixamos fazer tudo e que nos calamos e não chamamos a atenção de nada, pois não é bem assim. Ultimamente têm surgido pequenas reparações e pequenas intervenções algumas até em muros de socacos, na envolvência da aldeia, para os quais parece que não é obrigatório fazer nenhum projecto, mas estando na envolvência da aldeia, quem está em frente à aldeia a tirar fotografias, aquilo vai descaracterizar, porque em vez de serem construídos em xisto tradicional, utilizam-se blocos de cimento. O bloco, como tem uma cor mais clara, até ao longe se nota esse desfasamento e não fica bem. As pessoas vão-nos dizendo que *fazer em blocos fica num quarto do valor, ninguém dá nenhuma ajuda para a construção, que eu saiba não é preciso projecto, porque não é um edifício, se não gostam que eu faça assim, digam-me como hei-de fazer e ajudem-me a financiar*. Se calhar, se existisse esse Regulamento, já tínhamos algum moral para sensibilizar as pessoas para fazerem da maneira mais correcta. Eles dizem que os turistas pronunciam-se negativamente sobre aquilo, elas que não têm interesse nenhum nos turistas que lá vão, os turistas têm interesse para o comércio local, mas há pessoas que se sentem incomodadas com isso e às vezes fazem certas “birras”, porque se os arquitectos podem fazer o que querem em obras de grande envergadura, e estão grandes manchas na aldeia, eles também podem fazer um muro como querem; se pintam as casas de branco, também podem fazer um muro com blocos, que fica muito mais barato. Chamo a atenção para esta questão, talvez este órgão possa dar



Assembleia Municipal

uma ajuda, um empurrão, nesse sentido; gostaria que isso fosse resolvido porque assim acho que não está correcto. Espero que isto seja o princípio para pormos fim àquela situação.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “hoje trago alguns temas que gostava de partilhar com esta Assembleia. Começo pelo *Compromisso Pagamento Pontual*:-----

-----Melhorar o menos bom, é normalmente fácil. Melhorar o que é bom, é mais complexo. Melhorar o óptimo só é possível com um trabalho excepcional. O prazo de pagamento praticado pelo Município de Arganil em 2019 foi de 12 dias. Um prazo que se pode afirmar como muito bom. Em edição anterior da Assembleia Municipal o Senhor Presidente afirmou que uma das formas de poder ajudar o tecido empresarial no combate a esta pandemia, com acção directa da Câmara Municipal seria pagar, pagar e pagar. Pagar o mais rápido possível. Com base no valor agora divulgado do prazo médio de pagamento para o exercício de 2020, é possível perceber que esta directriz foi levada muito a sério. O referido prazo baixou para 4 dias. Em média, quem forneceu a nossa Câmara Municipal, recebeu passados 4 dias. Este poderá ser lido como apenas mais um indicador, mas na minha opinião, é muito mais que isso, é o reflexo da seriedade colocada na gestão do dinheiro dos outros, é um sinónimo de confiança para quem fornece, é sinónimo de uma equipa de funcionários preparados e bem articulados e é sinónimo inequívoco de saúde financeira, por mais que se tente apregoar o contrário. Relativamente a este tema assistimos a mais uma tentativa da nossa oposição, através do boletim municipal, de espalhar a ideia do elevado endividamento do nosso município. Caricato que já neste mesmo espaço na edição de Maio de 2020 a nossa oposição alarmava para os 7,1 M€ de empréstimos contraídos ao longo deste mandato. Vem agora neste espaço em Fevereiro de 2021 alarmar que os afinal 5,57M€ é que são a nossa desgraça, podiam ao menos ter referido a correcção do valor face ao anteriormente apresentado. Já o disse, e repito. É desonesta a mensagem que querem fazer passar. Quando o município regista valores mínimos de dívida absoluta desde que há registos, não percebo que se insista em criar alarme nas pessoas, divulgando valores que por si só não significam nada. A contracção de dívida de 1,85M€ por cada ano de mandato diz-nos o quê? Por si só absolutamente nada. Vamos a um exemplo para ser mais simples. Eu contraí perante o banco uma dívida de 1000€ e liquidei uma dívida de 1500€ existente perante outras entidades. Em que ponto é que as minhas finanças ficaram piores só porque a dívida está agora perante a banca? É isso mesmo, em lado nenhum.-----

-----Voltando ao pagamento pontual, gostaria ainda de referir que de acordo com os dados da Direção Geral das Autarquias Locais, para o ano de 2019, o último com dados disponíveis, apenas 9% dos municípios portugueses praticaram prazos médios de pagamento de 4 ou menos dias. Fomos pioneiros ao ser o primeiro município do país a aderir ao compromisso pagamento pontual e passados 7



Assembleia Municipal

estamos na linha da frente dos exemplares pagadores. Longínquos vão os tempos em que quem fornecia o município de Arganil tinha que esperar um ano para receber o que lhe era devido. Isto sim, deve ser notícia.-----

-----*Contratos Programa com as Juntas de Freguesia:*-----

-----Hoje a ordem de trabalhos é claramente marcada pela celebração de contratos e adendas a contratos programa celebrados com as Juntas de Freguesia do nosso concelho. Esta foi uma nova forma de fazer as coisas, introduzida pela gestão deste município, sob a liderança do Eng.º Ricardo Pereira Alves. Para que ninguém sinta a necessidade de me recordar que participei em eleições anteriores em lista oposta à do então presidente da Câmara, devo dizer que já a essa data defendia que esta tinha sido uma excelente alteração às práticas habituais de promover pequenas obras nas freguesias, responsabilizando os que melhor conhecem o território e que de forma mais próxima e frequente têm que ouvir os clamores dos seus fregueses.---

-----Esta metodologia tem sido uma constante na execução dos sucessivos orçamentos municipais, com dotações que se podem identificar como bastante significativas face à realidade dos orçamentos de freguesia. Obviamente que do ponto de vista dos nossos presidentes de junta, o dobro seria pouco, mas isso é um bom reflexo da vontade generalizada dos nossos dedicados presidentes de junta, em fazerem mais e melhor.-----

-----Pelo que me foi possível apurar, durante a execução deste mandato, o executivo municipal já celebrou cerca de 1,5M€ em Contratos Programa. Um valor digno de registo.-----

-----Quero ainda referir relativamente a este assunto a equidade da distribuição destes valores. Com os valores disponíveis, procedi a uma análise dos valores contratados com cada freguesia versus o seu número de eleitores (de acordo com o registado nas últimas presidenciais) e versus a área geográfica de cada freguesia. Julgo que só assim é possível medir a equidade desta distribuição. Não posso partilhar a totalidade dos dados pois demoraria demasiado tempo, mas posso dizer por exemplo que é positivo perceber que a questão partidária não é seguramente um factor de decisão utilizado por este executivo, se não vejamos: analisando por euros contratados/eleitor, nos valores mais baixos temos Arganil (parece-me óbvio pelo facto de ser a sede de concelho) e S. Martinho da Cortiça, uma freguesia social-democrata, note-se. No topo temos o Piódão afectado por ter o mais baixo número de eleitores de todas as freguesias do concelho. No que diz respeito aos valores da relação de euros contratados por km<sup>2</sup>, gostaria de destacar que as quatro freguesias com o valor mais baixo são todas lideradas por executivos PSD e das cinco freguesias com valores mais elevados neste rácio, três são de executivos PS e uma é independente, ou seja, apenas uma é PSD.-----

-----Acho que fica bem evidente a imparcialidade utilizada nesta gestão por parte deste executivo.-----

-----Senhor Presidente, não é que tenha qualquer experiência no desempenho de funções ao nível das freguesias, mas acredito que todos os nossos presidentes



Assembleia Municipal

sofram diariamente pressões dos seus fregueses com vista à resolução dos problemas que os afectam. Àqueles que depois vêem sufragado o seu trabalho no acto eleitoral, é justo que lhes sejam dadas as melhores condições possíveis para que façam o melhor trabalho possível. Fortaleça tanto quanto possível estas verbas e este método de operar, salvaguardando sempre que a contrapartida da atribuição destas verbas é cumprida e que estes montantes se convertem em obra e trabalho de proximidade útil para os nossos munícipes.-----

-----*PRR – Plano de Recuperação e Resiliência:*-----

-----Tenho tentado, dentro da minha muito limitada disponibilidade, conhecer o melhor possível o tão falado PRR. Tido por muitos especialistas como uma oportunidade única para relançarmos o nosso país, este documento foi aguardado com muita expectativa.-----

-----Se do ponto de vista profissional sou levado a partilhar da opinião que este PRR deveria olhar para o apoio às empresas de forma mais agressiva, em particular no que às pequenas e médias empresas diz respeito, para salvaguarda da manutenção do nível de emprego e da tão necessária retoma económica, a fim de evitar efeitos ainda mais severos na nossa economia, do ponto de vista pessoal obviamente que me interessam os principais objectivos a nível nacional, mas interessam-me particularmente as medidas, ou falta delas, apresentadas para a nossa região. E relativamente a isto, é desnecessário ouvirem a minha opinião, pois é fácil ser considerada insignificante. Vamos centrar-nos na opinião publicamente assumida pela nossa Comunidade Intermunicipal com posicionamento unânime de todos os municípios que a compõem.-----

-----É opinião unânime que este PRR não prevê um conjunto de investimentos que se consideram estratégicos e prioritários para a competitividade e desenvolvimento da região e que este documento se foca completamente nas áreas metropolitanas.---

-----A tão apregoada coesão territorial, parece desta forma necessitar de mais que um ministério. Necessita de coragem, necessita de vontade política e necessita que quem redige este tipo de documentos estratégicos para o desenvolvimento do País seja absolutamente desprovido de interesses e acima de tudo conhecedor de todo o País. Vejo como muito difícil que alguém no conforto do seu gabinete na grande capital seja capaz de perceber o interesse estratégico de determinadas obras para valorizar os territórios do interior.-----

-----Este posicionamento conjunto de todos os autarcas da nossa região tem que se converter numa forte posição perante a nossa governação de forma a garantir que na fase em que as verbas são definidas e afectas, se consiga converter, o palavreado pomposo e de circunstância de qualquer governante que visita a nossa região aquando de uma qualquer inauguração ou celebração, em actos palpáveis e com consequência.-----

-----Tendo em conta que estamos a afetar verbas únicas e para os próximos largos anos, esta tem que ser assumida por todos os envolvidos como uma tarefa muito séria. Nesta luta não cabem nem podem caber lutas partidárias. É fundamental que



Assembleia Municipal

todos percebam que se luta por um bem superior, o posicionamento e competitividade da nossa região.-----

-----Fico agradado por perceber que, felizmente, esse é o posicionamento de todos os nossos autarcas à presente data. Enquanto acérrimo defensor da nossa região sinto-me bem representado ao ver o assumir deste posicionamento por parte da CIM.-----

-----Senhor Presidente, conto consigo para se bater firmemente pelos interesses de Arganil.-----

-----*Impacto da Covid-19 nas principais obras que decorrem no nosso concelho:*-----

-----Para terminar a minha intervenção, Senhor Presidente, Dr. Luís Paulo, aproveito para lhe colocar uma questão que já foi aqui abordada por alguns dos meus colegas: qual o impacto que a pandemia está a ter no desenvolvimento das principais obras que o município está a realizar? Obrigado.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Inês Borges** para referir que “a minha intervenção está relacionada com a subida do concelho de Arganil no ranking Qualidade de Vida; neste momento estamos na 48ª posição a nível nacional e no 5º lugar no universo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Arganil obteve nesse ranking uma média de 12 valores, tendo sido o resultado maior de 15,1, em que os indicadores que se evidenciam são as despesas com a proteção do ambiente e com a cultura, como já foi referenciado aqui por vários deputados, a capacidade dos equipamentos de segurança social per capita, a baixa taxa de criminalidade e sinistralidade rodoviária e o número quer de escolas, quer de centros de saúde per capita. Esta é uma ótima notícia para os arganilenses e é um factor de motivação para continuar o bom trabalho feito até aqui e melhorar os pontos menos fortes. Acredito que a autarquia continuará a fazer de tudo para que Arganil seja um dos melhores concelhos para se viver, para visitar e para se poder investir.”-

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “relativamente às várias questões que aqui foram colocadas, e tentando ser tão gráfico e objectivo quanto possível, começo pela intervenção do senhor deputado António João Lopes, para dizer que tomo nota do contributo que deixa, relativamente ao CETA. O Centro Empresarial e Tecnológico tem uma perspectiva e uma vertente de incubadora de empresas, que pode também ser um elemento importante, esse contributo que deixou, nomeadamente naquilo que tem a ver com empresas na área da pecuária e da agricultura.-----

-----Relativamente à questão do senhor deputado João Figueira, dizer-lhe que no que diz respeito ao Projecto Floresta da Serra do Açor, as intervenções que estão preconizadas para esta primeira fase abrangem uma área total de 430 hectares, nas intervenções que já estão neste momento contratualizadas e que estão já a decorrer; nesta arborização estão consideradas cerca de 300 mil árvores, investimento associado de 350 mil euros, que têm impacto não só nas intervenções de



Assembleia Municipal

arborização neste ano que está agora a decorrer, mas também depois na manutenção nos dois próximos anos. Neste momento há intervenções a decorrer na Freguesia de Folques, particularmente no Bocado, intervenções a decorrer também na União das Freguesias de Cepos e Teixeira, há intervenções a decorrer em Vinhó, União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz. É um projecto que, felizmente, está a dar os seus passos, conforme estava planificado, conforme estava previsto. O senhor deputado Miguel Pinheiro disse na sua intervenção que fazia sempre as mesmas perguntas, mas a verdade é que relativamente a este projecto deixou de as fazer, vá-se lá perceber porquê. É com muito gosto que vemos este projecto, este processo da Floresta da Serra do Açor a acontecer, e ele neste momento está a acontecer a bom ritmo.-----

-----Relativamente à questão do senhor deputado Miguel Dias, acerca do grau de recuperação dos custos da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, com total rigor não lhe consigo dizer, mas sei que é ainda inferior a 90% dos custos; significa que o valor que é recuperado, através da facturação, é significativamente inferior àquilo que é a estrutura de custos suportada pela autarquia. Relativamente à proposta de que foi portador, tomo nota.-----

-----Em relação à questão do senhor deputado Daniel Gonçalves, já no ano de 2020, e mesmo assim em relação a 2020 ainda não tomámos posição, mas é de admitir que a solução seja similar, o ano de 2020, pese embora as instituições não tenham demonstrado actividade prática naquilo que era o seu regular funcionamento, e como sabe o Regulamento que está em vigor, considera a questão das actividades, do funcionamento, como elementos que determinam o funcionamento das colectividades, ainda assim, foi possível, em sede de reunião de Câmara, aprovar a manutenção dos valores de apoio que eram atribuídos nos anos anteriores. Provavelmente será uma solução da mesma natureza que faremos no ano de 2021, mas aqui com um aspecto muito positivo, que já foi aqui também referenciado, que é o de termos neste momento uma candidatura da Cultura em Rede, que vai permitir também o envolvimento das colectividades do território, não só do concelho, mas os outros dois municípios que estão connosco neste processo, e isso, certamente, trará não só massa crítica, mas também recursos para as entidades da área cultural. É também com estas iniciativas e com esta candidatura que contamos dar um contributo importante para as nossas associações nesta altura mais difícil. Acerca da Cultura em Rede falou também a senhora deputada Fernanda Pacheco; efectivamente foi possível construir, com os municípios de Oliveira do Hospital, de Góis e da Pampilhosa da Serra, estas duas candidaturas para valores que, na sua globalidade, atingem a grandeza de cerca de 600 mil euros, que significa que em termos médios cada município terá cerca de 200 mil euros para investir e vale a pena referir que é uma candidatura que é financiada a 100%; é muito dirigida para o apoio às colectividades, às instituições, ao sector cultural; também é isso que justifica este nível de financiamento por parte dos fundos comunitários. Quero associar-me à nota que deixou, em relação ao Núcleo de Arte Sacra que temos



Assembleia Municipal

previsto para a Capela do Senhor da Agonia; como disse e bem, foi uma candidatura que submetemos e que obteve nota máxima na análise que foi feita centralmente pelo Programa de Desenvolvimento Cultural. Contamos agora que a nível do grupo de ação local possa a candidatura ser desbloqueada e financiada porque permite dar um suporte para a Arte Sacra concelhia, que sabemos que anda um bocadinho guardada em condições menos adequadas e ao mesmo tempo fazer um cultivo de interesse cultural para o nosso concelho.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João Travassos, quero associar-me ao voto de pesar ao Senhor José Caldeira.-----

-----Acerca da questão suscitada pelo senhor deputado Luis Gomes, relacionada com o Lidl versus Centro de Emprego e Formação Profissional, quero dizer-lhes que temos neste momento uma Minuta de Contrato de Comodato praticamente estabilizada com o Centro de Emprego; aquilo que preconiza, para além de adaptação das antigas instalações do Lidl, que têm cerca de mil metros quadrados, preconiza também a construção de um novo bloco com cerca de dois mil metros quadrados de construção e preconiza, no seu total, um investimento de cerca de 3 milhões de euros. Esses são os compromissos que ficam vertidos nesse documento que vai ser celebrado entre o Município e o Centro de Emprego, se for aprovado em sede de reunião de Câmara, para preconizar esta intervenção num horizonte temporal que o Instituto de Emprego estima em cerca de 3 anos, o tempo necessário para contratar projectos, empreitada e para executar empreitada. Ao nível do Lidl, aquilo que foi possível estabilizar, é um compromisso de aquisição, em que num primeiro momento de 4 anos é celebrado um contrato de arrendamento com opção de compra; vamos admitir que por alguma razão indesejável o processo do Instituto de Emprego não corre bem, é sempre possível, se for entendimento do município, fazer o recuo nessa aquisição. Basicamente é o que está neste momento em cima da mesa. Queria aproveitar para dizer que, no âmbito deste processo, em determinado momento o Lidl deu-nos nota de que teríamos que tomar uma decisão rapidamente porque havia interesse de um suposto investidor para mais uma loja chinesa e isso era também algo que não desejaríamos ter na sede do concelho, pois desse sector penso que já temos oferta suficiente.-----

-----Em relação à intervenção da senhora deputada Maria José Silva, quero agradecer a explanação que fez acerca das iniciativas da Câmara Municipal. Naturalmente que estes tempos que passamos são tempos de provação, de grandes dificuldades para todos, para os cidadãos, para as empresas, para as instituições, sabemos que há sectores particularmente sensíveis aos impactos da pandemia, basta olhar para a restauração, para a área da hotelaria. Temos assistido a algumas medidas legislativas da parte do Governo que gostaríamos que aparecessem com outra determinação no território; vale a pena dizer que quem recebe os 15 mil milhões do Fundo de Resiliência não são os municípios, é o Estado; quem recebe os 15 mil milhões é o Governo e portanto era uma ideia um bocadinho pueril até, achar



## Assembleia Municipal

que o Governo ia receber o dinheiro e que os municípios teriam capacidade para apoiar a actividade económica; isso apresenta uma desligação total entre aquilo que é a realidade, aquilo que é a capacidade financeira das autarquias e aquilo que são as necessidades reais do sector empresarial. Nem é preciso ser economista, basta fazer umas contas de quarta classe, para se perceber que o dinheiro que é necessário na actividade económica para fazer a manutenção do sector empresarial, nomeadamente da restauração e da hotelaria, não é compaginável com aquilo que são os recursos das autarquias. Por isso mesmo é que a nível europeu foi aprovado o mecanismo de apoio e que ao país cabem os tais 15 mil milhões de euros; era exactamente para fazer este tipo de intervenção, exigia-se como apelava há dias a Comissária Europeia, que me parece insuspeita, Elisa Ferreira, exigia-se do Estado que o Governo começasse efectivamente a executar esse dinheiro e que o fizesse chegar ao sector empresarial. Quanto ao concelho, nestes sectores que referenciei as situações estão a ser difíceis, nomeadamente no sector da restauração, e temo que as coisas não acabem conforme começaram, mas ao mesmo tempo também acredito na capacidade e na resiliência dos nossos empresários que ao longo da história sempre demonstraram que têm capacidade para dar a volta por cima.-----  
-----Em relação à intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, fazendo primeiro um voo de helicóptero, aquilo que constato é que à medida que fica demonstrado que este mandato de 2017 a 2021, será o melhor mandato de sempre, em termos de investimento público, será o mandato com melhor investimento, com mais investimento, no nosso território, à medida que isso fica demonstrado, de uma forma inequívoca, à medida que ao mesmo tempo caminhamos para o fim do mandato, o senhor deputado vai perdendo inspiração. Eu até lhe reconheço a inspiração que o senhor demonstrava nas suas intervenções, mas não é o caso desta Assembleia nem da Assembleia anterior; estava habituado a outro tipo de inspiração da sua parte, nota-se agora que já estamos numa fase de fim de ciclo, de fim de mandato, e o senhor está a deixar vir as questões mais partidárias para cima; linguagem gestual, não percebo, senhor deputado, felizmente não preciso de perceber. Em relação à questão da Unidade Móvel de Saúde, é um projecto que nasceu no seio ainda da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, ainda não existia a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, na altura foi definido um projecto-piloto que considerou as autarquias de Condeixa e de Montemor-o-Velho; já depois da constituição da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, agregando o Baixo Mondego e o Pinhal Interior Norte, esse processo foi desenvolvido e foi candidatado, e felizmente contamos hoje também no nosso concelho, com uma Unidade Móvel de Saúde. Relativamente à ER 342 associar-me também e congratular-me com a conclusão desta intervenção que, como fomos dizendo ao longo dos anos, é uma intervenção e uma via muito importante para o nosso território, uma via de ligação dos principais pólos urbanos do concelho; é com regozijo que a vejo concluída neste mandato, uma obra da Infraestruturas de Portugal, pela qual há muito ansiávamos. Em relação às várias questões que



## Assembleia Municipal

colocou, algumas mais opinativas, outras eventualmente mais concretas, relativamente às opções das janelas do edifício dos Paços do Concelho, já tive oportunidade de dizer que gostava mais dos vidrinhos pequeninos, certamente para um arquitecto esta designação deve ser um bocado foleira, o que acabei de dizer, mas para o leigo é aquilo que vê; gostava claramente de outro tipo de janelas, mas explicaram-me que esse tipo de construção só consegue ser concretizado com sucesso em madeira e sabemos que os municípios têm muita dificuldade, ou melhor, as entidades públicas em geral, têm muita dificuldade em assegurar a manutenção que materiais como a madeira carecem. É uma opção arquitectónica, não sei porque é que o senhor deputado faz a referência às marquises, porque eu olho para as janelas da Assembleia da República e vejo o mesmo formato que têm estas janelas actuais do edifício dos Paços do Concelho, portanto não sei se também se pode concluir que a Assembleia da República está transformada numa marquise, mas é uma opção arquitectónica, da qual não gosto tanto como a anterior, ainda assim acho que é uma boa solução, e, até pela sua formação já as deverá ter visto utilizadas noutros edifícios de época como o edifício do município, eu dei apenas o exemplo da Assembleia da República, que acho que é elucidativa em relação a esta matéria. Se o senhor deputado quiser fazer um acompanhamento da actividade do município pelas inaugurações, não vai conseguir um retrato fiel daquilo que está a acontecer; já devia ter ficado perceptível que não é essa a filosofia; inauguramos muito menos do que aquilo que podíamos inaugurar; por aí não vai conseguir ter um retrato do que está a decorrer no território. Ainda assim, e no que se refere às questões que colocou sobre o Piódão, quero dizer e informar que se trata de uma empreitada e uma obra que não está a decorrer com o ritmo que gostaríamos; não tem a ver com aquilo que é a vontade do município nem com aquilo que tem a ver com a vontade da Junta de Freguesia, nem sequer da fiscalização; estamos a falar de uma situação em que o empreiteiro e o sub-empreiteiro estão a ter um desenvolvimento da obra muito mais lento do que aquilo que seria desejável. Ao mesmo tempo, também é verdade que o prazo da mesma ainda não está concluído, pois só termina no final de Março. Quanto ao espaço em volta da igreja, esta situação tem a ver com a garantia da acessibilidade que não estava acautelada desde o Largo até ao largo da igreja, e é isso que estamos a acautelar nesta intervenção, a par com a reabilitação dos passeios que denotam já alguma deterioração, que queremos também resolver nesta fase. Em relação à Quinta do Dr. Urbano, tratou-se de uma intervenção que foi parcialmente financiada pelo Fundo Social da União Europeia, naquilo que teve a ver com as intervenções feitas até Novembro de 2019; isto significa que aquelas que foram feitas neste ano de 2020 são suportadas integralmente pelo Orçamento do município, uma vez que já não foi possível, por causa do compromisso em termos de prazos, enquadrar a totalidade do valor. Trata-se de uma empreitada que está neste momento em vias de conclusão, faltam as limpezas finais, e aproveitar o potencial que tem. Relativamente ao Teatro Alves Coelho, o projecto está pronto, agora já não andamos com o projecto debaixo



## Assembleia Municipal

do braço, porque um CD é suficiente para o transportar, mas as sugestões que faz são as iniciativas que já tomei, portanto a questão de andar com o projecto debaixo do braço a bater à porta do ministro, esse processo é aquilo que já iniciei, e continuo a fazer insistentemente porque tenho um objectivo bem definido e, como é óbvio, quero que este processo aconteça.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, em termos de enquadramento, como é óbvio, nenhum de nós simpatiza com intervenções que às vezes vemos no Piódão se calhar a mais emblemática é aquela que está no Largo, daquele restaurante, que parece que não orgulha ninguém, ou pelo menos não orgulha os piodenses e certamente não orgulha a maioria dos arganilenses. É um projecto de arquitectura que não resultou nada bem. Ao mesmo tempo, todas as intervenções que acontecem no Piódão, incluindo as tais dos muros que mencionou, a partir do momento em que são uma construção carecem de ter um processo administrativo, ainda que seja uma comunicação prévia, e no caso do Piódão carecem também de parecer vinculativo da Direcção Regional da Cultura do Centro. Do ponto de vista das regras elas existem, a verdade é que as pessoas, os municípios, nalguns casos, não as cumprem. Ao mesmo tempo, no âmbito da Associação das Aldeias Históricas, está neste momento a decorrer um processo que tem em vista um outro nível de classificação conjunta da rede das Aldeias Históricas, em termos patrimoniais, e um dos elementos que vai ser concretizado para todas as Aldeias Históricas, vai ser precisamente um Regulamento relativo à tipologia das intervenções, com sugestões de intervenções, com sugestões de materiais e que permitam fazer a orientação dos projectistas e dos proprietários naquilo que podem executar no seu património.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, quero agradecer as palavras que deixou acerca do compromisso de pagamento pontual, é um programa ao qual o município se associou desde a primeira hora, o primeiro município do país a associar-se a este processo, e encaramo-lo não apenas como uma distinção mas essencialmente reconhecendo e sabendo que o comportamento responsável das entidades públicas é absolutamente essencial para a actividade económica, e isso está nos livros e nos estudos, nomeadamente um da União Europeia. Quando uma entidade pública não honra os seus compromissos a tempo e horas, quando não paga aquilo que deve, em tempo adequado, aquilo que está a fazer é a criar desemprego e a promover falência. Há números que apontam nas centenas de milhares de situações de desemprego, a nível europeu, decorrentes das más práticas de pagamento e alguns de nós reconhecemos, ou não reconhecemos esse tipo de situação e daí que apostemos muito num comportamento responsável da autarquia, em matéria de pagamento, aos seus parceiros comerciais. Relativamente à referência que faz aos Contratos Programa com as Juntas de Freguesia, desde 2006, com o Engenheiro Ricardo Pereira Alves, que assumimos uma nova forma de relacionamento com as Freguesias, uma forma de parceria, reconhecendo que, desta forma, é possível concretizar dezenas ou centenas de



## Assembleia Municipal

obras que, de outra forma, não teriam visto a luz do dia. É exactamente isso que tem acontecido no concelho desde 2006, naquilo que concerne aos Contratos Programa. E relativamente aos Contratos Programa vale a pena dizer que já aqui assumindo neste novo exercício, que aqueles que trazemos hoje à Assembleia Municipal vão ser aprovados, o cômputo geral de 2006 a 2021, representa a transferência para as Juntas de Freguesia, na forma de Contratos Programa, de um valor de 5.235.000,00€, é já um valor muito significativo. Ao mesmo tempo com uma aposta cada vez mais crescente nesta parceria com as Juntas, foi possível aumentar de forma significativa o montante que dedicamos à figura dos Contratos Programa com as Juntas de Freguesia. Em termos médios, neste período de 2006 a 2021 o município dedicou, por ano, aos Contratos Programa, 327 mil euros, mas se fizermos a média destes últimos 4 anos, o valor é de 455 mil euros, que representa, face à média, um acréscimo superior a 60%. Representa uma aposta muito significativa e muito determinada nesta parceria com as Juntas de Freguesia. Relativamente às notas que deixou acerca do Plano de Recuperação de Resiliência, aquela notícia que citou, na qual também fui parte activa, enquanto Presidente de Câmara que integra a Comunidade Intermunicipal, naturalmente que a Comunidade Intermunicipal não gostou de ver a forma pouco reconhecida como o país na sua generalidade foi tratado, neste Plano de Recuperação e Resiliência; as medidas centralistas continuam lá todas, a falta de visão para o território continua lá e de uma forma muito evidenciada e foi precisamente isso que fez com que a Comunidade Intermunicipal, sem excepção, por unanimidade, se tenha pronunciado com uma nota muito crítica relativamente àquilo que está considerado neste Plano de Recuperação e Resiliência que, mais uma vez, e infelizmente, esquece o Interior do país. Queria associar-me à nota crítica que deixou, que está em linha com aquilo que acabei de dizer. Em relação ao impacto da pandemia, no decurso das obras, das empreitadas, nós conseguimos reconhecer e identificar situações concretas, que num ou outro caso provocaram atraso muito grande nas obras, e como é óbvio em situação pandémica era perspectivável que isso acontecesse; é efectivamente um argumento real que está a provocar atrasos nalgumas intervenções, mas começo a perceber que neste momento, para além de situações concretas, a COVID também já começa a ser um argumento fácil e prático, que nem sempre é muito real.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre as minhas intervenções menos inspiradas, não consigo fazer teoria, talvez mais tarde possa fazer essa análise, mas pode ser que tenha uma fraca musa inspiradora, ou seja, o problema pode ser meu, em não estar mais inspirado, ou então a minha musa inspiradora ser fraca e a minha intervenção seja nivelada por aí. Eu acho que não, acho que até estou em grande forma, pelo menos os meus filhos costumam rir-se das minhas piadas. No que diz respeito às respostas do Senhor Presidente, não percebi em que é que eu estive tão “desinspirado”, porque o que eu disse em relação



## Assembleia Municipal

à Unidade Móvel de Saúde, ela constava do programa do Partido Socialista como uma prioridade; não que tinha sido uma ideia do Partido Socialista de Arganil, que a CIM adoptou e pôs em prática; eu disse que era uma preocupação nossa e que nos congratulamos por ela ter sido posta em prática. O Senhor Presidente diz que eu deixei de falar da intervenção na Serra do Açor; desde que esteja no terreno, dou espaço para que ela resulte; à medida que me for apercebendo, ou não, dela estar a correr bem, falarei, sem dúvida nenhuma. Noto também que a sua claque deixou de falar na ER 342; é assim, as coisas fazem-se e a claque muda o cântico. Isso também é relevante. Nós estamos aqui para chamar a atenção para que a intervenção possa ser melhor. Gostava que me fizesse o favor de considerar que - eu devo ser, não sei se sou dos poucos ou dos muitos, mas eu leio o Relatório de Actividades do Município - faça-me essa justiça, Senhor Presidente, porque eu não faço as minhas intervenções em função das inaugurações, eu leio os Relatórios; aliás, a questão do projecto do largo à volta da igreja do Piódão, apercebi-me que existia porque li no Relatório. E não acho que haja vergonha nenhuma em inaugurar obras, porque isso são momentos importantes; não entro em comboios demagógicos e falsas modéstias de que a ação política e a ação executiva não se compadece com a dignidade dos momentos de inaugurar e de valorizar intervenções no território; não faz de si melhor Presidente por achar que não deve inaugurar obras. Se se orgulha delas deve inaugurá-las e envolve a comunidade nessas inaugurações e marca exemplos que são importantes. Não há vergonha nenhuma em inaugurar. Isto também tem a ver com a intervenção da senhora deputada Maria José, aí sim, com alguma pincelada sectária e partidária, que acha que está tudo espectacular se for feito pelo município e está tudo espectacularmente mal, se for feito pelo Governo. Eu tinha dito que temos que melhorar todos, e melhorar todos é tentar fazer um bocadinho mais; o Governo tem que fazer mais, o PRR tem que ser mais incisivo para o território, obviamente, o município pode fazer mais, o município somos nós. O Senhor Presidente diz que o dinheiro vem para o Governo, mas não, o dinheiro vem para Portugal e se as autarquias tiverem boas ideias para gastar o dinheiro que vem do PRR, quem tem melhores projectos, melhores ideias, quem tem o trabalho melhor organizado, tem mais hipótese de avançar. E em relação a isso, gostava de chamar a atenção para um aspecto importantíssimo e que tem um foco muito grande nas prioridades de investimento do PRR, que tem a ver com as questões da habitação e com a dignificação do habitat de cada agregado e de cada cidadão; vi que está nas perspectivas do município de avançar com a estratégia local de habitação, que é um instrumento fundamental para a definição e o apoio directo aos agregados familiares, ao apoio directo às questões da indignidade na habitação, da melhoria, conforto climático, agregados que sofram de questões ligadas à mobilidade, aos maus tratos domésticos, alcoolismo, situações indignas de habitação, e há um forte investimento deste PRR nesta temática, o ministro disse ontem que as intervenções nos municípios podem ser comparticipadas até 100%. Ainda em relação à intervenção do senhor deputado Christophe, gostava de dizer que naquela questão dos 7 milhões,



## Assembleia Municipal

acho que deve ser dito que isso também teve a ver com a comparticipação da alteração do ponto de situação na intervenção na Zona Industrial da Relvinha. Fica bem fazer essas ressalvas e esses valores têm a ver com circunstâncias concretas e acho que essa analogia que o senhor deputado fez, em relação aos empréstimos, não pode passar como uma ideia para todos, de que afinal o município de Arganil não tem dívida nenhuma. Quanto à questão de desonestidade, eu não venho aqui chamar desonesto a ninguém, por isso agradecia que também não fizesse esse tipo de comentários, porque desonestidade é uma acusação um bocado forte para uma análise comum. Dizer que não é preciso fazer grandes contas, está implicitamente a apelar de pouco inteligentes os deputados e os vereadores do Partido Socialista, que têm certa preocupação na estabilidade das contas e do bom investimento no concelho, como o senhor tem, ou como certamente o Senhor Presidente também tem. Eu gosto muito de o ouvir, mas não gostei que chamasse desonesto aos vereadores e aos deputados do Partido Socialista. Gostava de falar nesta questão das obras, o Senhor Presidente tentou responder às minhas questões mas não trouxe novidade nenhuma; não falou da continuidade das obras na vila de Arganil; esta historia dos empreiteiros é uma fatalidade que vem acompanhando as intervenções e o ritmo de conclusão das obras que se vão arrastando e o que salta à vista é que não há conclusão das obras, o Largo do Piódão vai derrapar, a Quinta do Dr. Urbano não está concluída e não há ideias para o que se vai fazer com ela, a intervenção no espaço público na vila de Arganil, que era o projecto bandeira de final do mandato passado, teve 4 anos e avançou muito pouco, e há uma indefinição muito grande da consequência prática de um projecto do edifício mais marcante do concelho, que passa mais um mandato sem qualquer intervenção, e um projecto que o Senhor Presidente diz que não inaugura, a deputada Maria José até diz que foge das inaugurações, e deve merecer uma estátua de tão desprendido que é dessa expressão mediática. Ao menos mostre-nos o projecto na próxima Assembleia; faça como fez em Abril de 2017 ou 2018, em que fez uma sessão pública para apresentar o novo projecto para a Praça Simões Dias. Eu fui lá, não me contaram, fui lá ver o que era o novo projecto; e também não aconteceu, agora fazemos a mesma coisa. Ainda por cima é um arquitecto de renome internacional, vai ser com certeza uma sessão interessante ver o novo projecto do Teatro e depois logo se vê se a obra se faz ou não, pelo menos ficamos entretidos e percebemos o que pode eventualmente ser a sua bandeira para a campanha eleitoral no final do ano, porque as minhas intervenções menos inspiradas e mais partidárias, também têm a ver, na sua análise, com o momento; vamos entrar agora em campanha; o Senhor já está, nós também entraremos, temos menos meios e menor capacidade mediática de os apresentar, e essas intervenções serão cada vez mais marcadas pelo momento.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Daniel Gonçalves** para dizer que “estou certo que em tempos difíceis o executivo tudo tem feito para acorrer às dificuldades que têm surgido; naquelas que têm a ver com o plano cultural, ouvi atentamente, já



## Assembleia Municipal

tinha analisado o que nos foi dado a conhecer a nível associativo, e já tinha conversado com algumas pessoas sobre isso, relativamente ao Projecto à Beira do Fado, ficamos satisfeitos por o executivo conseguir mais uma vez arregaçar as mangas e lançar esta candidatura, que é um projecto no qual a CIM teve o seu papel, tem que aproveitar os Fundos, a comparticipação, e é bom que isto, no âmbito das Associações, que consigamos e aí agradecemos ao município estar atento e por levar a cabo estas candidaturas e é com natural satisfação que sabemos que é aprovada. Mas sabemos também que é um apoio no âmbito de 3 municípios, salvo erro Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Arganil, também é uma verba que, sendo uma boa verba, não será uma verba avultada para responder a grandes necessidades de todas as Associações, se é que conseguimos envolver todas nessa candidatura, e esperamos que sim, que as Associações estejam todas dispostas a colaborar, que acho que sim. Tempos excepcionais exigem medidas excepcionais, o que estamos a viver não se compara de forma alguma com nada das últimas décadas, e eu já levo alguns anos disto e tenho relato de algumas pessoas; todos que aqui estamos nos orgulhamos das nossas Associações e esperamos que estas verbas possam sair para o nosso concelho, e até para concelhos próximos de nós, pelo bom trabalho que temos desenvolvido, pois nós, associações do concelho, somos tudo menos subsídio-dependentes; o subsídio que é atribuído regularmente, não é suficiente para as actividades de muitas das nossas Associações, com provas dadas. As associações têm que trabalhar muito no Verão e trabalham realmente muito, para se conseguirem manter. Se queremos ajudar estas Associações, que realmente praticam este esforço, temos que as ajudar agora e será melhor ajudar agora do que depois vir com questões paliativas, de tentar remediar o mal causado pela pandemia. Digo isto porque temos a questão social, pois estes grupos vivem do convívio, do relacionamento e da forma como conseguem ter as pessoas e essa parte já não vão ter; mas o apoio às actividades, dos maestros, ensaiadores, os professores que estão nas escolas de música, etc, isto é que pode ser salvo ainda, desde que seja possível arranjar um pouco mais do que nos é atribuído em anos regulares.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Carlos Nobre** para dizer que “não podia deixar de agradecer ao senhor deputado Nuno Espinal as palavras simpáticas com que interveio no início desta Assembleia; agradecer em meu nome pessoal e em nome da Associação Filarmónica do Barril. No que toca às diferenças políticas penso que tanto o senhor deputado Nuno Espinal, como o Daniel Gonçalves, como eu, estamos sempre lado a lado na defesa da Cultura do nosso concelho e espero que o município como também já disse na última Assembleia, continue a apoiar-nos e reforce o apoio dado; no ano passado, às Associações que tiveram ainda algumas actividades, foi dado um reforço extra na comparticipação anual, espero que o executivo continue atento e a auxiliar-nos dentro do possível.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi novamente a palavra a senhora deputada **Maria José** para dizer “umas breves palavras, uma vez que fui mencionada pelo meu colega deputado Miguel Pinheiro; aprecio o estilo irónico do seu humor, mas não me revejo nas críticas quando diz que existe aqui uma claque; aqui não existem claques, eu faço parte de 3 claques, a claque da Seleção Nacional, do C.O.J.A. e do Sporting, mais nada; aqui não existem claques. Acredito que não seja fácil ouvir mencionar as medidas positivas que o município tem tomado e eu só deixei claro que deviam ser registadas porque existem muitas medidas em que o município se teve que substituir ao Governo Central, e é nesse sentido que acho que devem ser mencionadas. Por outro lado, a questão do estilo sóbrio que eu continuo a valorizar, não tem nada a ver com o facto de existirem ou não obras para serem inauguradas e o senhor deputado Miguel Pinheiro por um lado critica que não são inauguradas as obras, depois vem dizer que o Senhor Presidente já está em campanha, existe aqui alguma contradição. Finalmente, a questão de todos termos que fazer mais para combater os efeitos da pandemia, não posso estar mais de acordo, por isso mesmo é que muitas das medidas que o executivo toma também depende do seu sucesso, também depende muito da resposta que os privados dão ou não às iniciativas, assim como as Associações, pois há associações que respondem de uma maneira, outras respondem de outra, assim como os particulares, comerciantes etc; muitos comerciantes se calhar poderiam ser mais proactivos e dinamizar mais, outros não, cabe ao município dar ajudas e as pistas possíveis.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “no âmbito daquilo que foi referido pelo colega Miguel Pinheiro, não posso deixar de dar aquela que é a minha opinião; longe de mim catalogar quem quer que seja, na sua maior ou menor competência para analisar números, faz-me efectivamente alguma confusão porque quando passamos uma mensagem ela se centra única e exclusivamente naquilo que nos interessa focar. A dívida, não sendo acompanhada ou aquilo que é a contracção de crédito, não sendo acompanhado por uma evolução da dívida global, é completamente enganador. Relativamente àquilo que é a sua afirmação do termo utilizado por mim, gostaria de lhe fazer um reparo relativamente àquilo que foi o artigo assinado pelos vereadores do Partido Socialista, no Boletim Municipal de Agosto de 2020, que passo a ler: “*o mérito dos investimentos realizados por esta empresa deve-se esmagadoramente ao Governo do Partido Socialista e não ao executivo camarário da maioria PSD que pretende iludir os munícipes de Arganil, dando habilmente a ideia de que todos estes investimentos são exclusivamente seus, misturando investimentos próprios com investimentos alheios. Lamentamos esta prática que não é correcta nem honesta.*” Estas são as palavras proferidas pelos senhores vereadores. Pergunto eu: falar de honestidade choca-o no sentido em que eu a uso, não o choca no sentido em que os senhores vereadores a utilizam? Isto sim, parece-me realmente desonesto.”-----



## Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** para referir que “senhor deputado Christophe, tanto me choca ouvir de si, como me choca ouvir de qualquer outra pessoa. Há termos mais felizes, eu falei especificamente da utilização do conceito, pode ser demagogia, pode ser outro tipo de conceito, de palavra, de léxico; acho que desonestidade não é feliz e foi nesse sentido, porque tem uma explicação; quando nós sabemos que é uma inverdade, um tentar mandar areia para os olhos, podemos usar outros termos, desonestidade tem uma carga de dolo que não deve ser utilizada em nenhuma circunstância. Se eu próprio nunca disse, se calhar já disse, eu digo tanta coisa, se calhar já me saiu, mas acho que podemos ter alguma atenção em relação a isso. Também queria ainda dizer à senhora deputada Maria José que sou um incurável Sportinguista, portanto já não tenho coragem de dizer seja o que for em relação às suas intervenções, agora amorteceu-me. Mas claro que há intervenções do município que foram, muitas delas, propostas pelo Partido Socialista, o take away, transportado por táxis, as refeições para alunos carenciados, etc. acho que esta é uma altura de, como também disse o Daniel, tempos especiais, medidas especiais, porque juntos somamos a diferença. Queria referir a importância da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Piódão, que acho fundamental haver agora esta capacidade de podermos olhar para o Piódão de uma forma mais alargada, ou seja, alargar o foco do produto Piódão à paisagem e estabelecer uma estratégia de pensar o território em todos os aspectos. Se nos lembrarmos da altura em que começou a construção desta ideia do Piódão, as pessoas não foram muito envolvidas; na altura houve um erro na determinação de regras de cima para baixo, não houve o envolvimento da comunidade e houve fortes resistências e muitas delas, agora vendo com algum distanciamento, com alguma razão, porque foram impostas e estas questões trouxeram algumas injustiças. Acho que a questão do estabelecimento de nova regulamentação à habitação é fundamental alargar o foco do aglomerado para a paisagem, para os socacos até para o coberto florestal, para os caminhos da água, para a arqueologia industrial, para o património todo que existe na freguesia do Piódão; pode realmente funcionar como um laboratório desta nova visão da paisagem e é uma oportunidade que o município tem para tomar a dianteira nesse sentido; estou totalmente de acordo e ao dispor para colaborar no que for preciso.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “faço questão de não ser a musa inspiradora do senhor deputado Miguel Pinheiro, mal seria, como é óbvio; era o que mais faltava, as minhas filhas também acham que eu sou o melhor pai do mundo, mal seria que no seu caso, que os seus progenitores não dissessem que está em grande forma.”-----

-----Queria dizer, relativamente ao apontamento que fez, e passo a citar, acerca das empreitadas, e em que disse que esta história dos empreiteiros é uma fatalidade que o vem acompanhando, queria dizer o seguinte: o senhor deputado municipal, até pela formação que tem, sei que acompanha este tipo de intervenções e sabe



## Assembleia Municipal

perfeitamente que o sector da construção civil está neste momento com uma pressão muito grande, com alguma dificuldade de resposta a que não é alheia também a redução do volume de mão-de-obra que o sector tem actualmente; é bom que todos nós tenhamos noção que, efectivamente, no sector da construção civil, os empreiteiros estão, neste momento e de uma forma geral, com muita dificuldade em dar resposta àquilo que são as várias empreitadas que acontecem no país. E não é uma fatalidade de Arganil, nem é uma fatalidade de Coimbra, em Coimbra podemos encontrar se calhar meia dúzia de situações críticas mais graves até do que estas, na Figueira a mesma coisa; queria fazer este enquadramento geral. Mas ao mesmo tempo que faço este enquadramento geral também queria reconhecer a forma como coloca as questões porque em situações mais ou menos parecidas, e aqui olhe, fica demonstrada a minha isenção naquilo que tem a ver com o partidarismo, a sua posição tem um nível idêntico à posição do meu colega da Figueira, relativamente a um problema que teve lá também numa intervenção no espaço público. Quero reconhecer neste aspecto em particular que, pese embora os apontamentos críticos que faz, os faz com correção, e volto a dizer, quero sublinhar isto de uma forma oval, porque é aquilo que penso mesmo. Em relação aos apontamentos que foi fazendo, relativamente à inauguração das obras, também quero sublinhar essa sua leitura que é a leitura que eu também tenho, naquilo que tem a ver com os momentos em que a demagogia começa a ter, nalgumas situações, uns laivos preocupantes, quero reconhecer a nota construtiva que fez acerca da forma como estas coisas devem ser olhadas e devem ser interpretadas. Em relação ao Teatro Alves Coelho, o senhor deputado sabe perfeitamente qual tem sido a minha política relativamente a esta matéria; estamos a falar de um dossier que é muito sensível, que já tem uma série de anos de paragem no nosso concelho e da minha parte, aquilo que os senhores deputados têm observado, foi a máxima discricção e a máxima responsabilidade acerca deste dossier. Quando for o momento dele ser assumido publicamente será, mas nesta fase, entendo que a melhor forma de defender os interesses do concelho, e neste caso, os interesses do Teatro Alves Coelho, é manter a ação reservada que temos tido até agora; é essa que vamos manter, cientes de que é o caminho correcto para concretizar a realização do Teatro Alves Coelho.”-----

## ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 7**, realizada no dia 5 de Dezembro de 2020.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 33 votos a favor, aprovar a acta nº 7, da sessão ordinária realizada no dia 5 de Dezembro de 2020.-----



Assembleia Municipal

-----**SEGUNDO: Tomada de Posse, como membro efectivo na Assembleia Municipal de Arganil, da senhora deputada da bancada do Partido Socialista, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino.**-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “na sequência da suspensão de mandato, por parte da senhora deputada Joana Ribeiro, a senhora deputada Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino foi convocada no sentido de tomar posse como membro efectivo da Assembleia Municipal; face às circunstâncias em que decorre esta Assembleia é uma tomada de posse mais simbólica, na próxima sessão presencial formalizará a sua assinatura desse acto de tomada de posse, no entanto fica já no pleno direito como membro da Assembleia Municipal de Arganil. Queria saudar a senhora deputada e dar-lhe as boas vindas, agora como efectiva, da Assembleia Municipal de Arganil.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a tomada de posse da senhora deputada Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, como membro efectivo da bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal.---

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos Terceiro e Quarto fossem apreciados em conjunto, tendo os senhores deputados concordado com a proposta.**-----

-----**TERCEIRO: Apreciação e votação da Segunda Adenda ao Contrato-Programa nº 40/2020, celebrado com a Junta de Freguesia de Arganil.**-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGFSF/12/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, nº 6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações). -----



Assembleia Municipal

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 40/2020 celebrado com a Freguesia de Arganil, o qual foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 9 de junho de 2020 e Assembleia Municipal de 20 de junho de 2020, no montante de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Beneficiação da Rua da Redonda no Maladão.” -----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 40/2020, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Beneficiação da Rua do Lameiro no Maladão – 1ª Fase.” -----

----- À Consideração superior. -----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para esclarecer que “no ponto terceiro temos uma gralha; na Adenda é referido S. Martinho da Cortiça e na Ordem de Trabalhos está referido Arganil, que é o correcto.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/12/2021, aprovar a Segunda Adenda ao Contrato-Programa n.º 40/2020, celebrado com a Junta de Freguesia de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação da **Segunda Adenda ao Contrato-Programa n.º 3/2020**, celebrado com a Junta de Freguesia de Folques.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGFSF/11/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º 6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações). -----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º



Assembleia Municipal

3/2020 celebrado com a Freguesia de Folques, o qual foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 3 de fevereiro de 2020 e Assembleia Municipal de 15 de fevereiro de 2020, no montante de 10.848,01€ (dez mil oitocentos e quarenta e oito euros e um cêntimo), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Abate de árvores secas, queimadas ou projetadas sobre as vias na freguesia de Folques; Pavimentação da Rua Principal - 1ª Fase na localidade de Monte Redondo.” -----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 3/2020, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos de “Abate de árvores secas, queimadas ou projetadas sobre as vias na freguesia de Folques; Adução ao reservatório do Alqueve.” -----

-----À consideração superior.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/11/2021, aprovar a Segunda Adenda ao Contrato-Programa n.º 3/2020, celebrado com a Junta de Freguesia de Folques.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos Quinto ao Décimo Oitavo fossem apreciados em conjunto, tendo os senhores deputados concordado com a proposta.-----**

-----Presente a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Em coerência com o solicitado por V.ª Ex.ª e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações). -----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Secarias, Uniões de Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende a 364.000€ (trezentos e sessenta e quatro mil euros), destacando-se, pela sua importância, as seguintes: -----



Assembleia Municipal

- **Objeto e Valor das participações:** -----
- Freguesia de **Arganil**: “Pavimentação da Travessa José Joaquim, na Barrosa, junto à Rua Doutor António José Parente dos Santos; Beneficiação da Rua do Lameiro no Maladão - 2ª Fase; Pavimentação do Largo da Comissão de Melhoramentos/Capela do Vale do Cordeiro”: **40.000,00€** (quarenta mil euros). -----
- Freguesia de **Benfeita**: “Recuperação do Largo da Senhora da Saúde, em Pardieiros – 2ª Fase; Execução de trabalhos, em pedra de xisto, nos terraços de acesso à Fonte das Moscas; Construção do muro de suporte de estrada em Pai das Donas”: **25.000,00€** (vinte e cinco mil euros).-----
- Freguesia de **Celavisa**: “Embelezamento da área envolvente do Parque Infantil de Celavisa”: **18.000,00€** (dezoito mil euros).-----
- Freguesia de **Folques**: “Substituição de tubagem de abastecimento de água pública em Mancelavisa e Alqueve; Trabalhos de manutenção na represa da Ponte Nova e na Ponte da Ribeira em Folques; Calçamento do Largo do Vale no Alqueve”: **27.500,00€** (vinte e sete mil e quinhentos euros) -----
- Freguesia de **Piódão**: “Pavimentação do acesso à EB1 do Piódão, ao Cemitério de Chãs d’Égua e ao Fotopoint do Piódão”: **22.500,00€** (vinte e dois mil e quinhentos euros) -----
- Freguesia de **Pomares**: “Construção de muro de suporte ao Largo do Fontanheiro; Serviço de máquina nas roturas; Aquisição de limpa bermas; Poda de plátanos; Construção de muro de suporte no largo, em Sorgaçosa; Reparação de 2 desmoronamentos no acesso à Fonte das Corgas”: **20.000,00€** (vinte mil euros) -----
- Freguesia de **Pombeiro da Beira**: “Melhoramentos no cemitério de Pombeiro da Beira, levantamento do piso do cemitério novo e calçamento em cubos de granito dos pequenos; Substituição de caixilharia da EB1 de Pombeiro da Beira”: **32.500,00€** (trinta e dois mil e quinhentos euros) -----
- Freguesia de **São Martinho da Cortiça**: “Calçamento do espaço envolvente ao Edifício Sede da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça; Obras de preparação para o futuro Parque de Autocaravanas - 1ª fase e Apoio a Pesca, na Volta da Lomba – Fronhas; Aquisição de terreno para a Praia Fluvial do Caneiro em Mucelão”: **30.000,00€** (trinta mil euros) -----
- Freguesia de **Sarzedo**: “Revestimento de pala e platibanda - Entrada principal de pavilhão gimnodesportivo do Sarzedo; Instalações Sanitárias Públicas - Largo do Outeiro - 1ª Fase”: **20.000,00€** (vinte mil euros) -----
- Freguesia de **Secarias**: “Melhoramentos na Praia Fluvial da Cascalheira; Obras de reparação do Edifício da Junta de Freguesia; Recuperação do parque infantil”: **18.000,00€** (dezoito mil euros) -----
- União de Freguesias de **Cepos e Teixeira**: “Ampliação do Largo do Outeiro em Porto Castanheiro - 1ª Fase”: **22.500,00€** (vinte e dois mil e quinhentos euros) -----
- União de Freguesias de **Cerdeira e Moura da Serra**: “Construção de um pequeno Parque Infantil na Portela da Cerdeira; Construção de um Parque de Lazer na Moura da Serra (Antiga "Casa dos Belgas")”: **25.000,00€** (vinte e cinco mil euros) -----
- União de Freguesias de **Côja e Barril de Alva**: “Reparação de valetas na estrada do Pisão; Aplicação de calçada de granito - Rua dos Franceses (frente ao Paraíso do Alva - Côja); Colocação de calçada de granito em Barril do Alva; Pavimentação do Bairro da Coutada – Côja; Execução de Valeta em Barril do Alva; Ligação Côja - Barril do Alva - Vila Cova Alva e Fecho de Sistema SAR de Barril do Alva; Serviços referentes à estrada do



Assembleia Municipal

Pisão; Requalificação da Rua das Corgas – Pisão; Requalificação da Rua Professor Adelino Marques – Pisão”: **45.000,00€** (quarenta e cinco mil euros) -----

-----União de Freguesias de **Vila Cova de Alva e Anseriz**: O presente contrato tem por objeto a comparticipação financeira à União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz para apoio à execução dos trabalhos de “Calçetamento da Rua das Eiras até à Rua Adelino Abranches; Calçetamento da Rua do Canto e da Rua Luís Bento Susano com uma área total de 1000 m<sup>2</sup>”, e requalificação do piso do Adro da Igreja Matriz destruído aquando da queda do solar Abreu Mesquita: **18.000,00€** (dezoito mil euros) -----

-----• **Prazo de Vigência:** -----

-----Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;

-----• **Pagamento:** -----

-----Duas Prestações: 1.<sup>a</sup> Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.<sup>a</sup> Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa. ----

-----• **Prazo de cumprimento:** - até ao final de 2021; -----

-----• **Incumprimento:** A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos; -----

-----• **Acompanhamento e controlo:** -----

-----O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções. -----

-----Anexo minuta dos contratos programa, informações de cabimento e de compromisso. --

-----**QUINTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil**, com vista a comparticipar financeiramente as obras de pavimentação da Travessa José Joaquim, na Barrosa, junto à rua Dr. António José Parente dos Santos; beneficiação da Rua do Lameiro, no Maladão – 2<sup>a</sup> Fase; pavimentação do Largo da Comissão de Melhoramentos/Capela do Vale Cordeiro, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Benfeita**, com vista a comparticipar financeiramente as obras de recuperação do Largo da Senhora da Saúde, em Pardieiros – 2<sup>a</sup> Fase; execução de trabalhos em pedra de xisto, nos terraços de acesso à Fonte das Moscas e construção de muro de suporte de estrada em Pai das Donas, a realizar pela Junta de Freguesia.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Benfeita.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Celavisa,** com vista a compartilhar financeiramente as obras de embelezamento da área envolvente do Parque Infantil de Celavisa, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Celavisa.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Folques,** com vista a compartilhar financeiramente as obras de substituição de tubagem de abastecimento de água pública em Mancelavisa e Alqueve; trabalhos de manutenção na represa da Ponte Nova e na Ponte da Ribeira em Folques; calçetamento do Largo do Vale no Alqueve, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Folques.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Piódão,** com vista a compartilhar financeiramente as obras de pavimentação do acesso à EB1 do Piódão, ao Cemitério de Chãs d'Égua e ao Fotopoint do Piódão, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Piódão.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pomares,** com vista a compartilhar financeiramente as obras de construção de muro de suporte ao Largo do Fontanheiro; serviço de máquina nas roturas; aquisição de limpa-bermas; poda de plátanos; construção de muro de suporte no largo, em Sorgaçosa e reparação de desmoronamento no acesso à Fonte das Corgas, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Pomares.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira,** com vista a compartilhar financeiramente as obras de melhoramentos na parte antiga do cemitério de Pombeiro da Beira; levantamento do piso do cemitério novo e calçamento em cubos de granito e substituição da caixilharia da EB1 de Pombeiro da Beira, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Pombeiro da Beira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça,** com vista a compartilhar financeiramente as obras de calçamento do espaço envolvente ao Edifício Sede da Junta de Freguesia; obras de preparação para o futuro Parque de Autocaravanas - 1ª fase e Apoio a Pesca, na Volta da Lomba – Fronhas e aquisição de terreno para a Praia Fluvial do Caneiro em Mucelão, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Sarzedo**, com vista a compartilhar financeiramente as obras de revestimento de pala e platibanda - entrada principal do Pavilhão Gimnodesportivo do Sarzedo e Instalações Sanitárias Públicas - Largo do Outeiro - 1ª Fase, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Sarzedo.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUARTO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Secarias**, com vista a compartilhar financeiramente as obras de melhoramentos na Praia Fluvial da Cascalheira; obras de reparação do Edifício da Junta de Freguesia e recuperação do Parque Infantil, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Secarias.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUINTO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira**, com vista a compartilhar financeiramente as obras de ampliação do Largo do Outeiro em Porto Castanheiro - 1ª Fase, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**DÉCIMO SEXTO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra**, com vista a compartilhar financeiramente as obras de construção de um pequeno Parque Infantil na Portela da Cerdeira e construção de um Parque de Lazer na Moura da Serra (antiga "Casa dos Belgas"), a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SÉTIMO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, com vista a compartilhar financeiramente as obras de reparação de valetas na estrada do Pisão; aplicação de calçada em granito na Rua dos Franceses (frente ao Paraíso do Alva, em Côja); colocação de Calçada de Granito em Barril de Alva; pavimentação do Bairro da Coutada, em Côja; execução de valeta em Barril de Alva; ligação Côja - Barril de Alva - Vila Cova de Alva e fecho de Sistema SAR de Barril de Alva; serviços referentes à Estrada do Pisão; requalificação da Rua das Corgas, Pisão, e requalificação da Rua Professor Adelino Marques, no Pisão, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO OITAVO: Celebração de Contrato-Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz**, com vista a compartilhar financeiramente as obras de calcetamento da Rua das Eiras até à Rua Adelino Abranches, calcetamento da Rua do Canto, Rua Luís Bento Susano e Rua Abílio Fernandes Diniz, com a área total de 1.000m<sup>2</sup> e requalificação do piso do Adro da Igreja Matriz, destruído aquando da queda do solar Abreu Mesquita, a realizar pela Junta de Freguesia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/13/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO NONO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - "Contrato de Financiamento PDP 3 - Gestão da bacia do Rio Ceira, para adaptação às mudanças climáticas"**. -----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/50/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Serve o presente para prestar a V. Exa. seguinte informação: -----

-----A Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal de 14 de abril de 2020, deliberou, em sessão ordinária realizada no dia 25 de abril de 2020, aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projecto 3 do Espaço Económico Europeu (EEE) Programa 2014 – 2021. -----

-----No dia 30 de abril de 2020, o Município de Arganil assinou, com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o citado contrato interadministrativo de delegação de competências, tendo em vista a promoção, otimização de meios físicos, materiais e de capital humano, rentabilizando assim, através de uma única entidade a execução do projeto, como um todo. -----

-----Entretanto, o contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021), com vista à execução do "Programa de Desenvolvimento - Projeto 3 - Gestão da Bacia do Rio Ceira adaptada às Alterações Climáticas" e a Agência Portuguesa do Ambiente através da ARH Centro, foi alvo de uma alteração, apresentando agora uma maior descrição das competências dos parceiros, distribuição de valores e a possibilidade de delegação de competências dos municípios na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. -----

-----Assim, torna-se necessário alterar o contrato interadministrativo de delegação de competências assinado em 30 de abril de 2020, adaptando-o às modificações introduzidas no contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021).-----

-----Por outro lado, o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra pretendem ainda definir mais detalhadamente os deveres de cada uma das partes.

-----Deste modo, considerando que a Cláusula 8.ª do citado contrato interadministrativo de delegação de competências, prevê que qualquer alteração no decurso da sua execução ou prorrogação estará sujeita a acordo prévio entre as partes e convertida em adenda, que só será válida após a aprovação de ambas as entidades, submete-se à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido desta propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea k) do nº 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proceda à apreciação e votação da minuta da Adenda, que se anexa, relativa ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o



Assembleia Municipal

Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito do projeto 3 do Espaço Económico Europeu (EEE) Programa 2014 – 2021. -----  
----- À consideração superior. -----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que “este tema já tinha sido deliberado pela Assembleia Municipal de 25 de Abril de 2020; entretanto, ao nível da Comunidade Intermunicipal, na articulação com este mecanismo financeiro do espaço económico europeu, houve necessidade de fazer alguma maior descrição de competências de cada um dos parceiros, de definir a distribuição de valores e, ao mesmo tempo, estabelecer a delegação de competências dos municípios na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Basicamente aquilo que está neste documento é alteração às cláusulas 2ª 4ª e 8ª e a introdução de duas novas, nomeadamente a 2-A e a 2-B. No essencial mantém-se aquilo que estava deliberado anteriormente.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/50/2021, aprovar a Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Arganil e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - "Contrato de Financiamento PDP 3 - Gestão da bacia do Rio Ceira, para adaptação às mudanças climáticas".-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação, da proposta de **Alteração Orçamental Modificativa – Revisão nº 1/2021**.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/54/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, onde se inclui a Demonstração dos Fluxos de Caixa. -----

-----Estabelece o artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, Lei de Orçamento de Estado para 2021 que: “Após aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”. -----

-----O Saldo de gerência corresponde ao saldo de caixa apurado a 31 de dezembro de 2020. Este saldo decompõe -se em saldo de operações orçamentais (no montante de 268.525,19€) e saldo de operações de tesouraria (no montante de 723.081,39€). Para efeitos de inscrição e disponibilização do saldo de operações orçamentais este deve ser associado às contas da classe zero aplicáveis o código 16 - Saldo orçamental da gerência anterior. -----



Assembleia Municipal

-----Neste contexto legal, a utilização do saldo de gerência na Administração Local é permitida assim que: -----

-----Seja aprovado pelo Executivo Municipal o Mapa dos «Fluxos de caixa»; -----

-----Seja efetuada a correspondente Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que se consubstancia na I Revisão ao orçamento que poderá acontecer na Assembleia Municipal ordinária de fevereiro. -----

-----Tendo por base os fundamentos e disposições legais aplicáveis, e nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1 e alínea ccc) do n.º 2, ambos do artigo n.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e de acordo ainda com o previsto no artº 130º do Orçamento de Estado para 2021, remete-se para aprovação pelo Órgão Executivo, os documentos que constam em anexo, designadamente: -----

-----Mapa de Fluxos de Caixa; -----

-----Compromissos transitados; -----

-----Resumo Diário de Tesouraria; -----

-----Demonstração de Execução Orçamental da Receita; -----

-----Demonstração de Execução Orçamental da Despesa; -----

-----Execução Anual das GOP (PPI+AMR); -----

-----Após aprovação do mapa Fluxos de Caixa, pode ser incorporado o saldo da gerência da execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental. -----

-----Nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 33.º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e submeter para aprovação da Assembleia Municipal as revisões ao Orçamento e Opções do Plano, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do mesmo diploma. -----

----- **Perante o exposto, remete-se:** -----

-----1 - Aprovação do mapa de Fluxos de Caixa e Mapas de Execução Orçamental pela Câmara Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro; -----

-----2 - Aprovação pela Assembleia Municipal da revisão ao Orçamento e Opções do Plano, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- À Consideração superior. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que “este ponto está relacionado com a integração do saldo de gerência do ano de 2020, no valor de 268.525,19€.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/54/2021, aprovar a Alteração Orçamental Modificativa – Revisão nº 1/2021, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta de **Alteração ao Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2021.**-----

-----Presente a proposta I/DAGF/42/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

**Proposta de alteração ao mapa de pessoal relativo ao ano de 2021**

-----Em conformidade com os artigos 28º, 29º, 30º e 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei nº35/2014, de 20/06 na sua atual redação (adiante LTFP) foi aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 05/12/2020 e sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião de 25/11/2020, o mapa de pessoal do Município de Arganil relativo ao ano de 2021 em que consta a indicação dos postos de trabalho que a Autarquia carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, de natureza permanente e temporária. -----

-----O mapa de pessoal, enquanto instrumento de planeamento da atividade e gestão de recursos humanos, materializa a previsão dos trabalhadores necessários para anualmente a Autarquia garantir a prossecução das atividades que assegurem o cumprimento das atribuições e competências municipais bem como as estratégias previamente definidas. -----

-----Não obstante a gestão de recursos humanos é por natureza contingencial e não linear dependendo de múltiplos fatores em constante mutação, nomeadamente dos recursos financeiros e materiais, da formação, da tecnologia, dos incentivos e da motivação dos trabalhadores, da sua rotação, para além da possibilidade de serem atribuídas novas competências aos Municípios ou de serem promovidos novos projetos e iniciativas municipais. -----

-----Considerando o anterior, o mapa de pessoal assume assim um carácter dinâmico com a possibilidade de alteração sempre que se revele necessário e premente, ajustando o planeamento inicial a eventuais contingências na gestão diária municipal e de forma a responder eficazmente a essas bem como às solicitações e expectativas dos munícipes. -----

-----Atentos aos fundamentos anteriores e efetuando um diagnóstico atualizado das necessidades de recursos humanos existentes, nomeadamente considerando que o serviço de Licenciamento e Vistorias, da área das Obras Particulares, da Divisão de Gestão Urbanística dos serviços municipais, tem sofrido um índice de rotação de pessoal técnico superior ao desejável que ao longo do tempo afetou o normal funcionamento desse, bem como diminuiu a capacidade de resposta às solicitações processuais encetadas pelos munícipes, comprometendo a eficiência e eficácia na prestação dos serviços nesta área à população; -----

-----Tendo em conta que, no mapa de pessoal relativo ao ano corrente foram previstos os postos de trabalho considerados necessários para assegurar as atribuições dos serviços em causa mas que, face aos fundamentos já mencionados e às supervenientes e imprevisíveis ausências temporárias para o trabalho de determinados trabalhadores afetos à área, existem por garantir as análises e informações técnicas e processuais, nas diversas especialidades de engenharia civil; -----

-----Considerando que o serviço em causa, pelas responsabilidades e atribuições que lhe estão cometidas na organização municipal, representa preponderância no seio da



Assembleia Municipal

prossecação global do interesse público pela Autarquia, pela relação direta que as suas atribuições detêm com os munícipes, -----  
-----No sentido de satisfazer as necessidades identificadas anteriormente, que considero razões bastantes a favor da conveniência para o interesse público e no uso da competência na área da gestão de recursos humanos prevista na al. a) do nº2 do artº35º da Lei nº75/2013, de 12/09 na sua atual redação e nos termos do artº29º da LTFP, -----  
-----Propõe-se que o mapa de pessoal relativo ao ano corrente seja alterado, concretamente que seja previsto o aditamento necessário para o recrutamento do seguinte posto de trabalho que prossegue atividades consideradas imprescindíveis para a prossecação dos objetivos municipais, cujo grau de complexidade se encontra tipificado no anexo ao nº2 do artº88º da LTFP e afetação de acordo com o Regulamento de organização dos serviços municipais: -----

Unidade orgânica dos serviços municipais	Atividades	Nº de postos de trabalho não ocupados e a recrutar	Carreira e Categoria	Área de formação académica e profissional	Modalidade de Vínculo de Emprego Público
Divisão de Gestão Urbanística	Obras Particulares - Licenciamento e Vistorias	1	Técnico Superior	Engenharia Civil	CTFP por tempo indeterminado

-----Considerando a urgência e importância que a necessidade do recrutamento em causa detém na atividade municipal, nos termos dos artigos 92º e seguintes da LTFP e das condições estabelecidas no meu despacho nº3/2021, de 22/01, decorre atualmente procedimento de recrutamento por recurso à mobilidade na categoria, entre órgãos ou serviços e a tempo inteiro, de trabalhador com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento do posto de trabalho em causa, não se conhecendo ainda o seu resultado. -----

-----Neste contexto, caso não se venha a verificar o preenchimento do posto de trabalho por recurso à modalidade anteriormente mencionada, de acordo com o disposto no nº6 do artº30º da Portaria nº125-A/2019, de 30/04 na atual redação, pela verificação da existência de candidatos em reserva de recrutamento neste organismo que permite satisfazer as características do posto de trabalho a ocupar (Técnico Superior, engenheiro civil e a recrutar na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado), concretamente em resultado do procedimento concursal comum de recrutamento aberto por despacho nº19/PC42.1/2019 DAGF, de 12/03/2019, publicitado pelo aviso nº5741/2019 publicado na IIª Série do Diário da República nº63, de 29/03/2019 e cuja lista unitária de ordenação final de candidatos, homologada em 04/09/2019 é válida para reserva de recrutamento pelo prazo de dezoito meses a partir desta data, contendo um número de candidatos aprovados (doze) superior aos dos postos de trabalho ocupados (um), o preenchimento do posto de trabalho em causa será determinado pelo recurso à reserva de recrutamento em questão, respeitando a ordenação final da lista unitária e aplicando-se ao



Assembleia Municipal

recrutamento o disposto nos artigos 29º e 30º da Portaria nº125-A/2019, de 30/04 na atual redação e o artº38º da LTFP. -----

-----A presente proposta pressupõe os encargos com as remunerações inerentes à ocupação do posto de trabalho em causa, cujo valor deverá respeitar as regras relativas à determinação do posicionamento remuneratório decorrente da aplicação da LTFP, do Decreto-Regulamentar nº14/2008, de 31/07 e da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria nº1553-C/2008, de 31/12 na atual redação e para que a Autarquia atualmente tem disponibilidade financeira, demonstrada conforme ficha em anexo. -----

-----Nos termos dos normativos legais citados, propõe-se a submissão da presente alteração ao mapa de pessoal relativo a 2021 à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal e propõe-se ainda que as deliberações tomadas sejam aprovadas em minuta para que possam produzir efeitos em tempo útil no sentido de ser promovido o recrutamento do posto de trabalho em causa nos termos da lei vigente. -----

-----Paços do Município de Arganil, 19 de Fevereiro de 2021. -----

-----O Presidente da Câmara, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa.-----

-----Presente ainda um exemplar do Mapa de Pessoal - Ano 2021, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à ata.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “em condições normais não equacionaríamos sequer juntar este ponto nesta altura do ano, sucede que, ao nível particularmente da área do urbanismo, naquilo que tem a ver com o licenciamento, temos tido constrangimentos significativos, relacionados com a ausência prolongada por doença, da colaboradora que está nesta área; o que tem acontecido é que não temos conseguido dar resposta à apreciação dos projectos que são submetidos na área das obras particulares e é algo que está a ter impacto negativo, não só para os particulares mas também para as empresas que apresentam as suas pretensões de investimento na área imobiliária. Pretendemos, com este processo, resolver este problema que temos na área do licenciamento.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a proposta da Câmara Municipal, de Alteração ao Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2021.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO SEGUNDO: Para conhecimento** - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas – Compromissos Plurianuais; Pagamentos em Atraso; Recebimentos em Atraso - a 31 de Dezembro de 2020.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGFSF/2/2021, bem como os mapas de pagamento e recebimento em atraso e as declarações de pagamento em atraso e de compromissos plurianuais, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**VIGÉSIMO TERCEIRO: Para conhecimento** – Despacho nº 32/PC40.1/2020 DAGF, que determina a cessação do procedimento concursal comum de recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de um posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**VIGÉSIMO QUARTO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 16 de Novembro de 2020 e 31 de Janeiro de 2021, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/51/2021, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/51/2021).-----

-----**VIGÉSIMO QUINTO: Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2021 a 31/01/2021, e do Relatório de Actividades correspondente ao período de 16/11/2020 a 31/01/2021.-----

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----



Assembleia Municipal

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

---

---